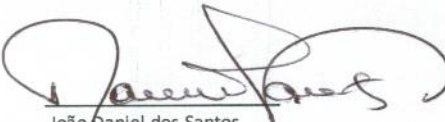


IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SÃO FRANCISCO
CNPJ 44.435.451/0001-27
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	184.890	263.180	Empréstimo	11	231.153	178.659
Contas a Receber	5	872.695	1.311.662	Fornecedores	12	3.214.363	2.978.291
Estoques	6	144.658	391.008	Obrigações Tributárias	13	554.330	402.394
Outros Créditos		4.830	3.321	Parcelamentos Tributários	9	462.138	143.205
Despesas Pagas Antecipadamente	7	218.888	256.455	Outros Parcelamentos - Reembolsos	10	35.931	38.925
		<u>1.425.961</u>	<u>2.225.626</u>	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	591.323	749.647
				Subvenções a Realizar	15	712.591	317.415
				Contas a Pagar	16	65.107	123.007
						<u>5.866.935</u>	<u>4.931.543</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		-	116.168	Empréstimo -LP	11	649.842	880.994
Imobilizado	8	9.489.641	9.432.539	Parcelamentos Tributários-LP	9	1.134.161	1.033.115
		<u>9.489.641</u>	<u>9.548.707</u>	Outros Parcelamentos-LP	10	182.947	222.919
						<u>1.966.949</u>	<u>2.137.028</u>
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social	26	4.234.819	5.895.447
				Resultado do exercício		<u>(1.153.100)</u>	<u>(1.189.685)</u>
						<u>3.081.718</u>	<u>4.705.762</u>
Total do Ativo		<u>10.915.602</u>	<u>11.774.333</u>	Total do Passivo + Patrimonio Líquido		<u>10.915.602</u>	<u>11.774.333</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Buritama, 31 de dezembro de 2019.


João Daniel dos Santos
Provedor


Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC – 1SP288295/O-0



Jairo Cardoso de Brito Filho
Tesoureiro


IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SÃO FRANCISCO
CNPJ 44.435.451/0001-27
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de Serviços			
Fundo Munic. Saúde Gov. Buritama-MAC SUS		1.959.013	2.361.781
Fundo Munic. Saúde Gov. Buritama-FAEC SUS		2.399.169	2.007.386
Fundo Munic. Saúde Gov. Buritama-ELETIVAS SUS		940.384	535.118
Subvenção Munic. Saúde Gov. Buritama SUS - CONTRATO PA		1.870.400	1.670.400
Subvenção Munic. Saúde Gov. Buritama SUS - PRO SANTA CASA		264.000	264.000
Subvenção Munic. Saúde Gov. ZACARIAS - SUS		240.000	240.000
Subvenção Munic. Saúde Gov. BREJO ALEGRE - SUS		335.490	335.490
Subvenção Munic. Saúde Gov. LOURDES - SUS		264.000	264.000
Subvenção Munic. Saúde Gov. TURIUBA - SUS		240.000	180.000
Receita Pacientes Convênios		1.736.591	2.053.492
Receita Pacientes Particulares		714.404	728.932
Glosas		(754)	(15.801)
	19	10.962.695	10.624.799
Receita Com Isenção			
Isenção Usufruída da Cota Patronal	20	689.466	559.555
Isenção Usufruída voluntariado	21	62.400	-
		751.866	559.555
Receitas Financeiras			
Financeiras		14.335	52.997
Receitas Diversas			
Recuperação de despesas		18.781	1.453
Doações Incentivos e Campanhas	17	174.389	119.939
Concurso de Prognóstico Timemania		-	23.854
Subvenções Estaduais e Federais	18	361.075	379.931
Outras Subvenções		76.997	54.542
		631.242	579.720
Total Receitas		12.360.139	11.817.071
Custo dos Serviços Prestados			
Custo com Pessoal		2.553.483	2.354.371
Despesas Administrativas e Gerais		849.832	1.018.014
Custo com Serviços de Terceiros		7.988.558	7.788.357
Materiais, Medicamentos e Gen. Alimentícios		879.030	772.174
Total Custos		12.270.904	11.932.917
Resultado Bruto		89.235	(115.846)
Outras despesas			
Cota Patronal		689.466	559.555
Financeiras		462.857	486.949
Impostos e taxas		27.612	27.336
Voluntariado		62.400	-
Total Outras Despesas		1.242.335	1.073.840
Déficit do Exercício	13	(1.153.100)	(1.189.685)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Buritama, 31 de dezembro de 2019.


João Daniel dos Santos
Provedor


Jairo Cardoso de Brito Filho
Tesoureiro


Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC – 1SP288295/O-0



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SÃO FRANCISCO
CNPJ 44.435.451/0001-27
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(valores expressos em reais)

Método Indireto	Nota	2019	2018
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
(A) Resultado Líquido Ajustado			
Déficit do Exercício		(1.153.100)	(1.189.685)
Depreciação		249.461	229.358
Ajustes de Exercícios Anteriores	22	(470.943)	10.418
(=) Resultado Ajustado		(1.374.583)	(949.909)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante e Ativo Não Circulante			
Contas a Receber		438.967	175.682
Estoques		246.350	(21.484)
Outros Créditos		(1.509)	2.258
Despesas Pagas Antecipadamente		37.567	59.885
Realizável a Longo Prazo		116.168	-
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante		837.543	216.341
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores		236.072	756.409
Obrigações Tributárias		151.936	256.839
Parcelamentos de Tributos		318.933	6.657
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(2.994)	145.285
Outros Parcelamentos - Reembolso		(158.324)	(23.954)
Subvenções a Realizar		395.175	25.458
Contas a Pagar		(57.900)	37.444
Parcelamentos de Tributos-LP		101.046	(287.688)
Outros Parcelamentos - LP		(39.972)	-
Contingências Trabalhistas		-	(48.031)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		943.972	868.419
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)		406.931	134.852
2 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimo		52.494	40.577
Empréstimo-LP		(231.153)	(178.656)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(178.659)	(138.079)
3 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisição do Imobilizado		(306.563)	(23.981)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(306.563)	(23.981)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)		(78.290)	(27.209)
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		263.180	290.388
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO		(78.290)	(27.209)
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		184.890	263.180

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Buritama, 31 de dezembro de 2019.

João Daniel dos Santos
Provedor

Jairo Carlos de Brito Filho
Tesoureiro

Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC – 1SP288295/O-0

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA SÃO FRANCISCO
CNPJ 44.435.451/0001-27
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores em reais)

	Patrimônio Social	Resultado Exercício	Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(298.282)	(568.431)	6.751.741	5.885.028
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.418			10.418
Déficit do exercício - 2018		(1.189.685)		(1.189.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(287.864)	(1.758.116)	6.751.741	4.705.762
Ajustes de Exercícios Anteriores	(470.943)			(470.943)
Déficit do exercício - 2019		(1.153.100)		(1.153.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(758.807)	(2.911.216)	6.751.741	3.081.718

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Buritama, 31 de dezembro de 2019.



João Daniel dos Santos
Provedor



Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC – 1SP288295/O-0



Jairo Cardoso de Brito Filho
Tesoureiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores Expressos em reais)

1) A ENTIDADE

A Santa Casa de Misericórdia São Francisco foi constituída em 21 de agosto de 1960. Sediada no município de Buritama, Estado de São Paulo é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, para prestar assistência médica e hospitalar.

Com reconhecimento de utilidade pública está cadastrada no CNES n.º 2079461 e com certificação de estabelecimento de entidade beneficente de assistência social em saúde conforme portaria SAS/MS.

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto. A Administração está a cargo de uma Diretoria Executiva composta por 9 (nove) membros eleitos pela Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão, sendo eles:

Diretoria 2019/2021

- Provedor – João Daniel dos Santos
- Vice Provedor – José Antônio dos Santos
- Segunda Vice Provedor – Gilberto Pelicer
- Primeiro Tesoureiro – Jairo Cardoso de Brito Filho
- Segundo Tesoureiro – João Antônio dos Santos
- Terceiro Tesoureiro – Luciano Cesar Batista
- Primeiro Secretário – Luciano Fernando Penteado
- Segundo Secretário – Luiz Carlos dos Santos
- Terceiro Secretário – João Goulart da Silva Lima

2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e normas e procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para PME e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas a Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a *ITG 2002* e também em conformidade com a Lei n.º 6.404/76 e demais normas contábeis. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.



3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- a. **Base de preparação e apresentação** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado no item 2 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a NBCT 19.41 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.
- b. **Ativo Circulante** - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.
- c. **Moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.
- d. **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data finda do balanço.
- e. **Aplicações financeiras** - São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data finda do balanço e não superam o valor de mercado.
- f. **Estoques** - Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização ou preço médio de aquisição.
- g. **Contas a receber** - Estão representadas por valores a receber referente a atendimento Sistema Único de Saúde – SUS, convênios privados, particulares e Subvenções municipais.
- h. **Provisão para devedores duvidosos** - A Santa Casa recebe um teto físico do sistema único de Saúde- SUS e atendeu todas as metas pactuadas, desta forma, não houve percentual de glosas. O percentual de glosas dos convênios privados foi irrelevante para a provisão de perdas. Os particulares não apresentaram glosas. Desta forma, não houve relevância para a PECLD.
- i. **Ativo Não Circulante**
- j. **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de

vida útil e econômica dos bens.

- k. **Passivo Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.
- l. **Fornecedores** - São obrigações referentes aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.
- m. **Empréstimos** - Refere-se a Empréstimos Bancários, reconhecidos pelo valor contratual acrescido de juros e taxas administrativas sobre os empréstimos, sendo amortizado mensalmente o montante do Empréstimo conforme quitação de parcelas, e transferido as despesas com juros de cada exercício para as contas de Resultado.
- n. **Passivo Não Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos.
- o. **Receitas**
As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência, e estão suportados pela documentação legal de acordo com as exigências fiscais.
- p. **Despesas**
As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2019	2018
Caixa	17.312	10.593
Bancos conta movimentos	45.161	1.890
Aplicações financeiras	<u>122.417</u>	<u>250.697</u>
Total	184.890	263.180

Observação: Dos valores apresentados em bancos e aplicações, \$77.082,64 São vinculados ao Caução de duas parcelas do Empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, onde no final do Empréstimo em curso serão resgatados e aplicados na Entidade.

5) CONTAS A RECEBER

Descrição	2019	2018
Fundo Municipal Saúde Buritama-SUS	163.251	747.668
Subv. Prefeitura de Turiuba	-	49.200
Subv. Prefeitura de Lourdes	198.000	66.00

Subv. Prefeitura de Zacarias	1.110	1.110
Pro – Santa Casa	-	10.750
Prefeitura Nova Castilho	24.801	24.801
Prefeitura Santo Antônio do Aracanguá	4.991	4.791
Prefeitura Nova Luzitânia	2.834	-
Convênios	406.248	372.737
Particulares	-	11.830
(-)Provisão para perdas	(150,02)	(13.624)
Outros Contas a Receber	71.610	36.198
Total	872.695	1.311.662

6) ESTOQUES

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização ou preço médio de aquisição.

O trabalho de cotas de abastecimentos, treinamentos e reuniões com os colaboradores, fazem com que a entidade tenha um melhor controle dos seus estoques. Para assegurar todos os processos de compra, assim como uma economia nos preços, a entidade também conta com o sistema de compras online da Bionexo.

São realizadas contagens cíclicas dos setores para acompanhamento e controle das atividades, bem como inventário geral realizado para fechamento do balanço.

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Drogas e Medicamentos	52.471	104.678
Material Hospitalar	49.402	166.329
Material Administrativo	10.234	10.282
Material Higiene e Limpeza	12.106	8.097
Tecidos e uniformes	1.742	1.702
Manutenção Geral	780	841
Material para Cozinha	3.674	3.527
Gêneros Alimentícios	8.383	7.731
Empréstimos concedidos mat/med	5.866	87.822
Total	144.658	391.008

Obs. Empréstimos Concedidos Mat/med refere-se a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares, destinados a Santas Casas, UBS e Prefeituras.

7) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Consiste na contrapartida de conta de passivo, reconhecendo dívidas a serem quitadas durante o exercício, onde conforme quitação das mesmas, os respectivos valores quitados são



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

transferidos para despesas. O saldo dessa conta refere-se ao parcelamento da Prefeitura de Zacarias.

8) IMOBILIZADO

De acordo com o art. 183 da Lei 6.404/76, as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, devem ser avaliados pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

Imobilizado	Saldo 2018	Aquisições	Transferência	Saldo 2019
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	259.675	6.173	-	265.848
MOVEIS E UTENSILIOS	180.822	-	-	180.822
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	26.202	-	-	26.202
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO SUBV. I	256.687	-	-	256.687
CONTRUÇÕES EM ANDAMENTO - TA 02/2012	24.073	-	-	24.073
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS SUBVENÇÃO	188.210	-	-	188.210
MAQUINAS E EQUIP. SUBVENCAO - 750275-2010 - RX	119.300	-	-	119.300
MAQUINAS E EQUIP. SUBVENÇÃO 357/2014	199.351	-	-	199.351
TERRENOS	4.572.058	-	-	4.572.058
EDIFICIOS	4.205.331	-	-	4.205.331
MOVEIS E UTENSILIOS	193.550	-	-	193.550
EQUIP. E APARELHOS CIRURGICOS	282.288	-	-	282.288
EQUIP. HOSPITALARES	163.555	-	-	163.555
VEICULOS	80.762	-	-	80.762
EQUIP. DE INFORMATICAS	157.483	890	-	158.373
LINHA TELEFONICAS	1.110	-	-	1.110
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	2.869	-	-	2.869
MAQUINAS E EQUIP. SUBV. INV. - 090196118SES0945	-	299.500	-	299.500
SOFTWARES	41.183	-	-	41.183
Total	10.954.509	306.563	-	11.261.072

Depreciação Acumulada	Saldo 2018	Depreciação	Ajustes	Saldo 2019
DEPREC. ACUM. DE MAQ. E EQUIPAMENTOS	(186.555)	(26.322)	-	(212.877)
DEPREC. ACUM. DE MOVEIS E UTENSILIOS	(149.853)	(18.082)	-	(167.935)
DEPREC. ACUM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	(26.202)	-	-	(26.202)
DEPREC. MAQ. EQUIP. SUBVEVCAO	(98.838)	(18.821)	-	(117.659)
DEPREC. MAQ. EQUIP. SUBVEVCAO 357/2014	(83.063)	(19.935)	-	(102.998)
DEPREC. MAQ. EQUIP. SUBVEVCAO 750275/2010	(63.627)	(11.930)	-	(75.557)
DEPRECIACÃO DE EDIFICIOS	(70.089)	(70.089)	-	(140.178)
DEPREC. ACUM. DE MOVEIS E UTENSILIOS	(154.782)	(19.355)	-	(174.136)
DEPREC. ACUM. EQUIP. E APAR. CIRURGICOS	(253.707)	(28.229)	-	(281.936)
DEPREC. ACUM. EQUIP. HOSPITALARES	(101.973)	(16.356)	-	(118.328)
DEPREC. ACUM. DE VEICULOS	(80.786)	-	-	(80.786)
DEPREC. ACUM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	(157.484)	(89)	-	(157.573)
DEPREC. ACUM. LINHAS TELEFONICAS	(1.110)	-	-	(1.110)
DEPREC. ACUM. EQUIP. DE SEGURANÇA	(2.319)	(287)	-	(2.606)
DEPREC. ACUM. EQUIP. INFORM. SUBVENÇÃO	(50.400)	-	-	(50.400)
DEPREC. MAQ. EQUIP. SUBV. 090196118SES0945	-	(19.967)	-	(19.967)
DEPREC. ACUMULADA SOFTWARES	(41.183)	-	-	(41.183)
Total	(1.521.971)	(249.461)	-	(1.771.432)

TOTAL IMOBILIZADO	9.432.538			9.489.641
--------------------------	------------------	--	--	------------------



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

9) PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	PC	PNC	TOTAL
PARCELAMENTOS (IRRF,PIS, CSRF)	303.477	645.781	949.258
PARCELAMENTOS - INSS	58.046	206.787	264.833
PARCELAMENTOS - FGTS	100.615	281.593	382.208
TOTAL	462.138	1.134.161	1.596.299

10) OUTROS PARCELAMENTOS

Refere-se ao saldo de 2019 do Reembolso de Convênio à Prefeitura Municipal de Zacarias, no montante de R\$ 321.730, referentes a irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em face de repasses de Subvenções Sociais para o período de 2007 e 2008.

	PC	PNC	TOTAL
PARCELAMENTO PREFEITURA DE ZACARIAS	35.931	182.947	218.878

11) EMPRÉSTIMOS

Descrição CEF (84x Juros .26% a.a e 2,17% a.m.(saldo 42 parc.)	PC	PNC
Empréstimo	434.257	832.327
Juros s/ Empréstimo	(203.105)	(182.485)
Total	231.153	649.842

Observação: Empréstimo Caixa Econômica Federal foi realizado em Novembro/2015, onde o mesmo é vinculado ao recebimento dos Repasses do SUS – Sistema Único de Saúde.

12) FORNECEDORES

Apropriados pelo efetivo recebimento de bens, materiais, serviços de terceiros e serviços médicos.

13) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2019	2018
IRRF a recolher	152.652	124.419
PIS a recolher	-	1.488
PIS, COFINS e CSLL retidos a recolher	399.397	275.067
ISS	2.281	1.420
Total	554.330	402.394

14) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2019	2018
Salários a pagar	132.850	134.633
Rescisões	-	2.713
INSS a recolher	77.584	79.807
FGTS a recolher	79.340	206.322
Férias	277.361	291.759
FGTS s/ Provisão férias	22.189	23.341
PIS s/ Provisão Férias	-	2.918
Outras	2.000	8.154
Total	591.323	749.647

15) SUBVENÇÕES A REALIZAR

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07 - Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções destinadas a custeio são reconhecidas como receita conforme são realizadas as despesas e as subvenções de investimentos deverão ter o seu reconhecimento como receita conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

16) CONTAS A PAGAR

O valor de (R\$65.107) refere-se a créditos de médicos (pessoa física) e outras pequenas contas a pagar de 2019.

17) RECEITAS COM DOAÇÕES, INCENTIVOS e EVENTOS.

Descrição	2019	2018
Créditos Cupons Fiscais	1.802	2.440
Doações Particulares	39.510	29.352
Leilões, Festas Culturais e Rifas –Acolhe	133.077	78.148
Venda de Recicláveis	-	10.000
Total	174.389	119.939

18) RECEITAS COM SUBVENÇÕES ESTADUAIS

Descrição	2019	2018
Pró-Santa Casa II	341.075	379.931
FÓRUM Buritama	20.000	-
Total	361.075	379.931

19) RECEITAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>%</u>	<u>2018</u>	<u>%</u>
SUS	8.512.456	77,65%	7.858.175	73,96%
NÃO SUS (Convs./partics.(-)glosas)	2.450.240	22,35%	2.766.624	26,04%
Total	10.962.695	100%	10.624.799	100%

20) ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo segundo do artigo 11 da Lei 12.101/09, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse e gozadas durante os exercícios de 2018. Em 2019 houve o entendimento que não tem necessidade de calcular o Cofins.

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Inss – Cota Patronal	689.466	559.555
	689.466	559.555

21) ISENÇÃO USUFRUIDA VOLUNTARIADO

Atendendo à Resolução CFC nº 1409, de 21 de setembro de 2012 que define que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se estivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários da Diretoria tomados pela Santa Casa.

22) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76). Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2019, foram evidenciados os valores de fatos com efeitos que pertenceram a exercícios anteriores, totalizando uma redução no patrimônio de R\$ 470.943, conforme quadro a seguir:




ATIVO	TOTAL
FATURAS A RECEBER	32.350,91
ADIANTAMENTOS	3.368,99
EMPRESTIMO MAT.MED CONCEDIDO	- 87.821,67
DEPÓSITOS TRABALHISTAS	- 116.167,73
ESTOQUE	- 121.502,24
OUTRAS	- 1.635,65
TOTAL ATIVO	- 291.407,36
PASSIVO	TOTAL
PRESTAÇÃO SERVIÇOS	109.330,92
FORNECEDORES	2.369,93
EMPRESTIMO MAT.MED RECEBIDO	- 20.954,71
ATUALIZ. TRIBUTOS	71.547,55
CHEQUES A COMPENSAR	4.297,62
CONTAS A PAGAR	- 1.186,08
SUBVENÇÃO A REALIZAR	14.130,84
TOTAL PASSIVO	179.536,07
TOTAL GERAL	470.943,43

23) CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS PASSIVAS

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Em atendimento as normas contábeis vigentes no Brasil e com base na opinião especializada das assessorias jurídicas, não houveram em 2019 processos com probabilidade de perda suficiente para constituir provisão para passivos contingentes. O quadro demonstrativo a seguir considera apenas os valores que correspondem aos processos judiciais classificados como “possíveis” perdas de acordo com a sua natureza.

Cível	R\$ 122mil
Trabalhista	R\$ 2mil

24) AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Realizado para o exercício de 2017, avaliação patrimonial de Terrenos e Edifícios, onde o valor avaliado superior ao contabilizado no Ativo Imobilizado, é lançado diretamente no subgrupo patrimônio Líquido para que não seja alterado o resultado do exercício.

Avaliação realizada com base por empresa especializada, com base nas NBC TG 1000 (R1) em conformidade com demais normas contábeis vigentes.

25) COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade não mantém cobertura de seguros para os seus bens móveis e imóveis para cobrir eventuais sinistros.

26) PATRIMÔNIO SOCIAL


Representa o patrimônio inicial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício, consoante previsão estatutária, é incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação da Assembleia Geral.

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante prazos prescricionais de acordo com a legislação aplicável em vigor.



João Daniel dos Santos
Provedor



Antônio Marcos Ferraz
Contador
CRC:288.295/O-0



Jairo Cardoso de Brito Filho
Tesoureiro



Santa Casa de Buritama
1960 - 2020

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia São Francisco de Buritama, tendo examinado o BALANÇO PATRIMONIAL, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, assim como, os demais documentos referentes às transações sociais da Entidade, e ainda, considerando o parecer da auditoria independente, damos o PARECER de que as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco e que sejam aprovadas pela Assembleia Geral na reunião ordinária anual as referidas contas e balanço apresentados, pelo que assinamos.

Buritama-SP, 14 de outubro de 2020.



Antônio Romildo dos Santos



Ossival Sanches Ferreira



Heverton Candido de Paiva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Provedor da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO
Buritama (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2019** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO** em **31 de dezembro de 2019**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento técnico CPC PME – “contabilidade para pequenas e médias empresas”, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002, Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e Médias Empresas e Entidades sem Fins Lucrativos, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 25 de agosto 2020.



ACS AUDITORIA
auditores independentes
CRC 2SP269990/O-2

Alberto Fco Costa
CRC 1SP164292/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba– Cep 16.052-045 Fone (18) 98121 7090 ou 3608 5058
e-mail: alberto@acsauditores.com.br

Interessada – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BURITAMA

PARECER JURÍDICO

Cuida-se de análise acerca dos demonstrativos contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Buritama de 31 de dezembro de 2019.

Concomitantemente, a ACS AUDITORIA – auditores independentes, em 25 de agosto de 2020, apresentou minucioso relatório acerca das demonstrações contábeis e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo daquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

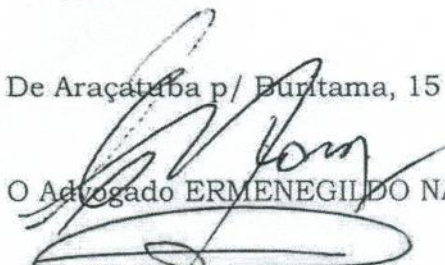
Concluiu a auditoria que as consistentes demonstrações contábeis acima referidas apresentam-se adequadamente em todos os aspectos relevantes, sem ressalva.

Conquanto, sem caráter vinculativo o relatório e o parecer, este representante jurídico da Santa Casa, após análise de documentos e o relatório da auditoria, **não vislumbrou irregularidade ou ilegalidade.**

Isso posto, somos pela aprovação dos demonstrativos contábeis de 31 de dezembro de 2019, sem ressalvas, pela Assembleia Geral.

É o parecer.

De Araçatuba p/ Buritama, 15 de outubro de 2020.


O Advogado ERMENEGILDO NAVA

O Advogado GUILHERME F.C. NAVA